

# O défice político da CPLP

Fernando A. A. Mourão\*

“A CPLP vai bem”, “a CPLP vai indo”, segundo uns, segundo outros. A sociedade civil vem aproveitando amplamente a sigla da entidade em reuniões sectoriais de grupos profissionais e eventos de toda a jaez, o que mostra aceitação. Os Estados membros também vêm realizando reuniões sectoriais (tribunais superiores, alfândegas, etc.)

Contrariando boa parte do pensamento vigente em relação às funções da CPLP, embora concorde com a importância da cooperação, creio que não podemos reduzir a instituição a esse objectivo que, tradicionalmente, é ocupado por órgãos de actuação no campo bilateral. Pode-se até argumentar, e bem, que a transferência de actividades de natureza bilateral entre os Estados membros para o guarda-chuva da CPLP contribui para a homogeneização da cooperação e fortalecimento do espírito do mecanismo integrador.

O passado histórico, mais ou menos comum, de sinal inverso, ronda, ainda, mesmo que ao de leve, os espíritos, o que, acrescentando a comprovada falta de vontade política dos Estados membros, uns mais do que outros e em função de particularidades próprias a cada um, não vem permitindo a consolidação esperada da instituição.

A concertação político-diplomática, um dos objectivos focais do artigo 1.º do Estatuto, é um campo a explorar que já deu alguns frutos. Mas realisticamente é bom não esquecer que os Estados membros fazem parte de arranjos regionais diferentes e, por isso, têm seus limites, que se impõem no campo da actuação no arco das actividades da CPLP. O pertencer a regiões e instituições diferentes não é excludente – trata-se de inserções naturais – até porque a CPLP não é uma instituição económica de natureza regional.

A cooperação “mutuamente vantajosa”, quer como instrumento de acção da CPLP, quer como catalisadora dos instrumentos de cooperação bilateral, quer do resultado de um alargamento dos relacionamentos actuais e futuros com os organismos do sistema das Nações Unidas é, sem dúvida, um campo promissor, mas não suficiente para se tornar no foco da actividade da instituição.

No domínio da língua portuguesa, motor e razão de ser da CPLP, em que pesem as conflitualidades em torno do anunciado e reanunciado Instituto Internacional de Língua Portuguesa, há muito que amadurecer e aprofundar, afastando-se fantasmas da instituição, aliás a única criada já por países independentes, ao invés da *Francophonie* e *Commonwealth*, estas outorgadas, mais do que resultantes da vontade livre de povos já constituídos em Estados. Há um longo caminho a percorrer na difusão da língua, a sétima mais falada no mundo. A língua como marco de fronteira, o que ainda é importante no caso dos Estados em que a nação está em formação, é um amplo espaço a trabalhar, começando por acções simples como, por exemplo, a criação de *thesaurus* segundo os vários ramos do

saber, consolidando linguagens específicas.

A base comum de uma linguagem científica, em tempo de globalização, de maiores inserções, as mais amplas possíveis, é um tema da maior importância. Contudo, suspeito que velhos fantasmas em torno da chamada norma culta dificultem a ta-

refa e não haja vontade política para os enfrentar. A edição e circulação de livros e não só, é um exemplo. Apesar de repetidas declarações retóricas sobre o assunto, não se registram avanços face, principalmente, a uma certa política velada de reserva de espaços de edição e comercialização, além de argumentos bolorentos do tipo “as nossas traduções são melhores, mais fiéis”, etc.. A criação de *thesaurus* segundo os vários ramos do saber seria, certamente, uma contribuição essencial pelo aumento de importante cabedal vernacular, facilitando o intercâmbio comercial e científico entre os países lusofalantes, cuja importância é real, até no campo dos negócios.

Numa visão mais ampla, há que alargar a reflexão do papel da chamada Cúpula Ibérica, a Comunidade Ibero-Americana, de que o Brasil e Portugal são membros plenos.

No texto da Declaração Constitutiva da CPLP afirma-se “(...) considerar a realidade cultural nacional e plurinacional, que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa (...)”, apontando para uma questão nevrálgica: qual é a base motora da CPLP, a língua e a cultura?

Quanto à língua há clareza (Cabo Verde é o único país realmente bilingue; Timor-Leste, quem sabe, também o poderá vir a ser); contudo, em relação à cultura, há que ser

\* Universidade de São Paulo

realista: a cultura brasileira, por exemplo, é de natureza tridimensional, de raiz europeia, africana e ameríndia; e os outros países membros, como se situam face ao papel da(s) cultura(s), na CPLP? A(s) cultura(s), acredito, tem de ser tomada como um processo, esperando-se uma ou mais sínteses, bidimensional, tridimensional e não como um acto decisório privilegiando mais ou menos esta ou aquela cultura. O tema é real, concreto, mas delicado: quando menos se espera, os fantasmas voltam. Face a uma certa determinação difusa em privilegiar esta ou aquela cultura surgem, não digo conflitos, mas impasses. Registre-se a emergência de um não tomar posição para evitar ferir o outro. Trata-se de uma posição prudente, não há dúvida, mas que contribui para atrasar os objectivos da CPLP, que impõe um tempo razoável de maturação. Aliás, o que vem a ser tempo razoável? A dinâmica da história, das sociedades, agora em tempo de globalização, um dia, não se sabe quando, dará a resposta. Então vamos esperar; outros dirão, “o jogo está lançado: que ganhe o melhor”. Acontece que não estamos perante um jogo, ou não devemos encarar o assunto desta perspectiva. Por outro lado, acreditamos que se torna necessário, como já afirmamos noutra ocasião, “desdobrar as premissas no tempo, afinar os instrumentos organizacionais, concatenando as posições dos Estados e da Instituição com o agir necessário, criativo, se possível do agente executivo, a par da propagação do sonho – Eduardo Lourenço disse que sem um mínimo de mitologia cultural partilhada a Comunidade fica limitada ao pragmatismo da língua –, o que não é incompatível com o pluralismo cultural (...)”. Não tenhamos ilusões, não se espere que os Estados membros façam algo para ultrapassar tempos necessários de maturação, a tendência poderá ser a de influenciar em favor da sua concepção de cultura.

Novo impasse: pela estrutura e mecanismos da CPLP, os órgãos da instituição, mormente o Secretário Executivo, reflectem uma relação estrita com as decisões diplomáticas ou de Estado em relação aos órgãos de decisão dos Estados membros, em que pese a configuração da CPLP como órgão internacional. Estamos aqui face ao já levantado, contudo mal levantado, problema das lealdades, por parte dos funcionários da instituição. O tema, mais ou menos real, é melindroso.

Recordo-me, sem qualificativos, de uma série de reuniões, pelo período de aproximadamente dois anos, que tiveram lugar sob a égide do IEEI, reunindo diplomatas e professores universitários brasileiros e portugueses, prudentemente em pequeno número, grupo no qual participei, com o objectivo específico de levantar, equacionar e reflectir sobre as dificuldades relacionais reais, percepções, subjectivas ou não, no que toca à tradicional relação



**Muito do insucesso da CPLP nasce da disparidade entre aquilo que deveria ser, assente em pressuposições desfasadas da realidade, e aquilo que realmente é, implicando o reconhecimento dos limites à sua actuação.**

Portugal-Brasil, pontilhada pela retórica. Esse trabalho, objectivamente direccionado, desenvolveu-se em reflexões prudentes, substantivas e, como é obvio, foi divulgado de forma parcimoniosa e o embutido em um amplo espectro de trabalhos e reflexões, parece que deu resultado, ou melhor, pode ter contribuído nos acontecimentos relacionados com a expansão de relacionamentos

entre os dois países, mormente económicos, a partir da década de noventa.

A CPLP em busca de um modelo gerencial – alguns afirmam que basta cumprir o Estatuto, por vezes arranhado – nasceu da vontade expressa de sete países independentes, a que Timor-Leste se veio recentemente juntar e, principalmente, do agir e do voluntarismo do embaixador José Aparecido de Oliveira, um tipo de agir – com claras metas políticas e porque não, com paixão no seu melhor sentido e persistência – hoje difícil, tendo em vista a estrutura estatutária da CPLP, uma instituição internacional mas, ao mesmo tempo, muito ligada e dependente da vontade ou falta de vontade política dos Estados membros.

A CPLP, como instituição, funciona a contento. Pedir-lhe que enfrente embaraços, percalços, temas indefinidos, seria irreal. Contudo, conceber cautelosa e prudentemente uma série de reflexões, envolvendo preferencialmente temas controversos e, portanto, delicados, a par de se dar azo à imaginação para encontrar, no contexto do cenário internacional – bilateral, regional e multilateral – a institucionalização plena da instituição, é de fundamental importância, permitindo ampliar o espectro da integração desejada. Registre-se que só agora, no cenário do Mercosul e face à crise que o atingiu, se começam a anunciar medidas para aprofundar a sua institucionalização, um tema tabu até recentemente. ■